

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA**  
**FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA**

ATA DO GRUPO DE TRABALHO  
CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

Aos nove de julho de dois mil e vinte (09/07/2020), em virtude da Decretação da Situação de Emergência em Saúde Pública para prevenção ao contágio pelo COVID-19 e da Portaria Conjunta nº 01 de 20/03/2020, o Grupo de Trabalho constituído em reunião do Conselho Municipal de Cultura realizada por videoconferência em 09 de junho, realizou a sétima reunião de forma remota com a presença de Adriano Esturilho, Dito Salgado, Paulo Sandrini, Paula Gomes, Isadora Flores, Bernardo Beduino, Téo Ruiz, Bella Souza, Jossane Ferraz, Loismary Pache, José Roberto Lanza, Maria Angélica da Rocha Carvalho e Ana Cristina de Castro (Presidente da FCC). Adriano abre a reunião passando a palavra para Ana Cristina que comunica o agendamento da reunião com o Prefeito Rafael Greca, por videoconferência, dando continuidade ao atendimento aos pedidos da “carta aberta” enviada anteriormente, e ressalta que haverá boas notícias. A reunião virtual será dia 15 de julho às 11h e o link será enviado oportunamente. Relata sobre a reunião ocorrida na terça-feira (07/07) com o Ministério do Turismo e a Secretaria Especial da Cultura, com a presença do Secretário Executivo Adjunto, Higino Vieira, e o Secretário de Economia Criativa, Aldo Valentim, além de 5 técnicos do Ministério, e representantes do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura; Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes de Cultura das Capitais e Municípios Associados; Associação Brasileira dos Municípios (ABM); Confederação Nacional dos Municípios (CNM); Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Cultura / ConeC. Do encontro saíram os seguintes informes e encaminhamentos: a avaliação da proposição da partilha de competências entre os entes federados foi bem recepcionada pelo Ministério e está em análise para lastreamento jurídico na Regulamentação Federal; a MP dos créditos extraordinários já passou por todas as análises técnicas e jurídicas do Ministério da Economia e deve ser editada ainda esta semana; permanecem os contatos com a Secretaria Especial de Cultura para o alinhamento do processo cadastral, que será realizado de maneira descentralizada, mas com a uniformidade necessária para o cruzamento de dados, garantindo ainda o acesso aos dados cadastrais exigidos na Lei; a Minuta da Regulamentação Federal está sendo construída e, tão logo esteja finalizada - ou já bem madura - será compartilhada com os Fóruns e representantes dos entes federados. Complementa que Beto vai relatar sobre o seminário realizado pelo Estado, do qual ele e Lois participaram, e trará mais informações sobre o cadastramento, pauta principal desta reunião e finaliza dizendo que espera bons resultados deste encontro de hoje, para avançarmos nos editais. Téo apresenta uma dúvida quanto a Plataforma Mais Brasil perguntado se será utilizada para os repasses de fundo a fundo e não para cadastro de artistas. Ana responde que realmente a ideia é em um primeiro momento ser direcionada para os repasses, mas futuramente se transformar em um cadastro único da cultura. Ana se despede desejando uma boa tarde de trabalhos. Adriano pede para Beto dar continuidade com as informações sobre a reunião realizada com o Estado. Beto relata que Luciana, Superintendente da Cultura, fez uma bela fala, muito perspicaz, dizendo que se tem uma grande oportunidade de trabalho conjunto com o Governo Federal, que não se pode deixar passar. Foi

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA**  
**FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA**

uma apresentação com o objetivo de informar o status da implantação da Lei Emergencial, a nível estadual. Beto diz poder se notar a vontade do Estado em garantir a presença dos pequenos municípios, e que se tem uma forte frente de trabalho para isso. Pede a Angélica o envio para o grupo, por chat ou whatsapp, dos materiais em PDF e power point, referentes ao seminário em questão. Angélica encaminha no chat o link [https://m.youtube.com/watch?v=me1q\\_QkqEAW](https://m.youtube.com/watch?v=me1q_QkqEAW) e dois arquivos para o whatsapp do GT. Afirma que este grupo é privilegiado com o acesso às informações referentes aos trâmites da Lei Emergencial, a nível Federal e Estadual, porque Ana Cristina é vice-presidente do Fórum Nacional de Secretários e Gestores de Cultura das Capitais e Municípios Associados e sempre atualiza as informações. Mas ressalta que para os demais municípios o seminário promovido pelo Estado foi muito importante. Lembra que existe um acordo informal, que deve ser formalizado na regulamentação da Lei, onde a modalidade I (subsídio) ficará a cargo do Estado, assim o foco aqui são as sugestões para as modalidades II e III, sendo mais importante no momento definições das sugestões para o cadastro dos espaços culturais. Volta a relatar sobre a fala da superintendente Luciana, onde a mesma insiste na importância da mobilização de todos para dar suporte no cadastramento, facilitando o acesso de todos, cita inclusive o cadastro geral dos trabalhadores que teve apoio das instituições sociais para divulgação e auxílio direto nos cadastros. A questão aqui fica, como vamos apoiar os artistas para que não percam o cadastramento e conseqüentemente o direito ao benefício. Em Curitiba temos a vantagem de uma prática institucional mais evoluída, já existe um termo de cooperação entre o Estado e a FCC, operando com o SISPROFICE. Beto informa que a Coordenação de Incentivo do Estado já está em fase avançada da elaboração do cadastro e que possivelmente se trabalhará com um cadastramento exclusivo para a Lei Emergencial. Acrescenta que o trabalho deste GT será complementar o cadastro desenvolvido pela Superintendência de Cultura do Estado. Reforça a importância do papel do Estado no acompanhamento do uso correto dos benefícios, evitando contratemplos com pagamentos indevidos, em duplicidade entre outros. Complementa falando da apresentação realizada pela funcionária Eliete sobre o Sistema de Cultura e diz que nos arquivos enviados para o grupo existem informações que podem auxiliar na elaboração dos editais locais. Finaliza afirmando que deu um panorama geral e os detalhes encontram-se nos materiais encaminhados via chat e whatsapp. Isadora pede esclarecimento se o cadastro do SISPROFICE será mantido e haverá um novo cadastro para a Lei Aldir Blanc. Beto responde que sim, que será um cadastramento customizado para a Lei Emergencial, tanto para agentes quanto para espaços culturais. Isso devido as diferenças regionais no Paraná, um espaço cultural no litoral é muito diferente de um centro cultural em Curitiba. Cita como exemplo Guaraqueçaba, que tem uma atividade muito forte ligada ao patrimônio cultural e a cultura tradicional. Isadora pergunta se seu entendimento está correto sendo, quem participará das modalidade I e II fará cadastro específico para a Lei Aldir Blanc, já os enquadrados na modalidade III continuarão utilizando o cadastro normal do SISPROFICE. Lois afirma que sim. Beto informa que a Superintendência de Cultura e a Celepar estão em fase final de elaboração do cadastro, então é prudente aguardarmos um pouco mais para maiores esclarecimentos de

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA**

funcionamento. Angélica informa, a pedido de Ana Cristina, que a reunião com o Prefeito será dia 16 de julho às 11h. Téo agradece os esclarecimentos trazidos até o momento, diz que aguardava a utilização do SISPROFICE, mas não era uma certeza, assim fica mais confortável. Informa que continuam com contatos diversos, inclusive realizaram uma reunião com o setorial estadual de música, com isso existem propostas práticas tanto para o cadastramento quanto para os editais. Considerando que o cadastro será via SISPROFICE é importante repassar as sugestões para o Estado, como também é importante que os já cadastrados atualizem seus cadastros com base nas normas da Lei Emergencial. Téo passa a apresentar algumas telas ao GT, dentre elas o mapa da cultura, e discorre sobre as mesmas. Fala sobre facilitações nas inscrições e modelos de editais de Maceió. Sugere a elaboração de sugestões de critérios e novos campos para composição do cadastro do SISPROFICE, mas ressalta a importância de serem ações imediatas, acredita que o cadastro deveria ser feito já a partir de segunda-feira. Beto esclarece que a Superintendência de Cultura trabalha em um cadastro geral, baseado na Lei Aldir Blanc, e que detalhes importantes para Curitiba deverão constar nos editais. Lembra que tanto ele (Beto) quanto a Lois podem fazer a interlocução com a SECC e com a Celepar, que já existe uma relação muito tranquila com a FCC e acredita que algumas alterações serão possíveis de se incluir. Mas reforça que o cadastro é geral, e situações muito específicas deverão constar nos editais. Paulo pergunta a Beto qual o prazo para a SECC finalizar o formulário e para o GT enviar as sugestões. Beto esclarece que a SECC está elaborando o formulário com base nas regulamentações e diretrizes da Lei Emergencial. Por respeito institucional é importante a FCC trabalhar em parceria com a SECC, poderíamos iniciar um cadastro local, mas a SECC está realizando um ótimo trabalho. Para Paulo, Beto reafirma que o cadastro é geral e situações pontuais deverão constar nos editais locais. Téo reforça que muitos municípios estão trabalhando com o mapa da cultura. Diz que a questão não é usar o SISPROFICE, mas sim inserir as sugestões do GT no cadastro. Acha que o GT deve montar as sugestões para Beto e Lois intermediarem com a SECC e Celepar. Beto faz sugestões práticas de encaminhamento instruindo que Adriano deve encaminhar formalmente a FCC, no e-mail de Ana Cristina, as sugestões finais do GT e as mesmas serão encaminhadas institucionalmente para a Superintendência de Cultura. Téo retoma que já foi delimitada a preocupação com os parâmetros da lei e a triagem que o SISPROFICE deve fazer. Completa que tem claro que situações muito específicas devem estar nos editais de Curitiba, mas sugere percentual de 40% para os espaços culturais e 60% para os editais. Beto lembra que dependemos da regulamentação federal para falarmos de percentuais, a Lei determina um mínimo de 20% para os editais, mas se a regulamentação determinar atendimento universal dos espaços cadastrados, teremos um tipo de recorte, no momento não podemos impor percentual para as modalidades. Diz achar ótima a ideia apresentada por Téo, mas até a regulamentação da Lei, não podemos deliberar. Adriano pede foco na discussão sobre o cadastramento por acreditar ser o item emergencial. Bella retoma as falas sobre cadastramento demonstrando preocupação sobre a utilização efetiva do trabalho do GT no cadastro final, considerando que hoje temos a informação que será pelo SISPROFICE e que a SECC já está em fase final de elaboração, acredita ser

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA

muito importante as sugestões serem enviadas para a SECC e inseridas no cadastro. Adriano se compromete em encaminhar oficialmente as sugestões para a FCC, na pessoa da Presidente Ana Cristina, como também enviar para a Superintendência de Cultura, mas lembra que para isso precisamos finalizar o trabalho e estruturar as sugestões. Diz ter conhecimentos de pesquisas realizadas por todos e pede que retomem as apresentações de propostas. Jossane diz que uma coisa é a lista de inclusões para o cadastro do SISPROFICE, e outra as sugestões para os editais. Ainda se tem o panorama dos centros culturais em Curitiba. Então, como a prioridade é o cadastro, pede que seja discutida essa questão em um primeiro momento, deixando os demais assuntos para depois. Paulo se manifesta que tem questões importantes sobre os outros assuntos, mas como o foco é o cadastro deixa sua fala para momento oportuno. Jossane relata que acompanha o trabalho da “Teia” quanto ao cadastro de espaços culturais, e que na semana já chegaram a 60 espaços, com a constatação que a maioria deles é vinculado às artes cênicas. Conta que ela (Jossane) e Bernardo pesquisaram uma definição para espaços culturais e lê para o grupo a definição completa. Conta que concluíram que os locais mais prejudicados hoje são aqueles que reúnem pessoas, realizam apresentações, dão aulas, ou seja, aqueles que promovem aglomerações. Demonstra a preocupação de como fazer o benefício chegar aos espaços que realmente precisam. Faz a leitura de algumas perguntas importantes para constar no formulário tais como: seu espaço se encaixa na definição de espaço cultural? Quantas pessoas são beneficiadas pelas atividades promovidas no seu espaço? Quantos artistas trabalham vinculados ao seu espaço? Entre outras. Esclarece que respondidas as perguntas, deve-se ter uma pontuação para cada uma e chegar a um escore final. Importante ter o cuidado de que o benefício chegue a espaços que não tem outro tipo de apoio, e não aqueles espaços que já contam com outras leis de incentivo ou patrocínios. Reforça o alcance do cadastramento realizado pela “Teia” e finaliza dizendo que seria mais democrático se a maior parte do valor fosse direcionada aos editais. Paula propõe a formação de um grupo para interlocução com a SECC e verificação imediata de quais dados constam no cadastro em elaboração e encaminhamento de sugestões para complementar o formulário. Isadora coloca algumas questões: que o momento deve ser aproveitado para e criar um grande mapeamento; que as modalidades que vão atender subsídio aos artistas e manutenção de espaços devem ser simples, sem burocracia, com poucos itens para preencher; que as fundações e entidades públicas devem fazer uma força tarefa com o objetivo de dar alcance e acesso ao cadastramento. Continua dizendo que pensou em dividir em um cadastro simples, para agilizar as questões da Lei Emergencial e outro cadastro mais completo, para trazer subsídios para elaboração de políticas públicas de cultura e passa a apresentar um modelo com compartilhamento de tela com os demais participantes da reunião. Beto pontua que deve se ter um panorama geral, para daí definir os percentuais por modalidade, se for possível atender a universalidade com o percentual de 40% proposto anteriormente por Téo será perfeito, sem critérios de seleção, apenas cadastro, contrapartida e prestação de contas. Se existirem em torno de 300 espaços culturais entre novos e aqueles já consagrados, acredita que ficamos no patamar de 40 %. Caso seja necessário critérios de classificação, a Comissão do Fundo Municipal de

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA**  
**FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA**

Cultura que ratificará esses critérios, pois o edital será pelo Fundo Municipal de Cultura. A ideia é um edital simples e único para as duas modalidades (II e III), assim se sobrar verba de uma modalidade é possível transferir para a outra. Isadora pergunta se no final de todo o processo aparecer algum artista ou espaço que não realizou o cadastro, é possível fazer algo? Lois responde que após finalizado o processo, quem não cumpriu todas as etapas determinadas no edital, principalmente o cadastro, não terá com ser beneficiado e não há nada que possa ser feito. Paulo questiona qual seria o entendimento do conceito de universalidade. Como considerar atender a universalidade se muitos nem sabem da existência dos editais, como isso será comunicado e divulgado. Deve haver uma divulgação pública muito abrangente. Importante garantir a democratização dos recursos e o acesso a participação dos processos. Que as propostas aqui trazidas não sejam vãs. Universalizar significa comunicar bem, como isso será feito? Bella passa a apresentar formulário de cadastramento do município de Santa Luzia – MG, realizado pela sociedade civil, informa link no chat para que todos possam acompanhar. Téo concorda com a sugestão de Paula para criar um GT de interlocução com a SECC, mas pede que as sugestões aqui trazidas sejam enviadas oficialmente para a FCC. Fala que ainda aguarda a regulamentação da Lei Emergencial, mas fica claro que o auxílio aos espaços culturais deve funcionar como o subsídio aos artistas, ou seja, de forma bem simples. Comenta que a CELEPAR citou até a possibilidade de ser via aplicativo de celular. Acredita que o próprio cadastro para auxílio emergencial será o instrumento de repasse dos valores e pensa que deve ser feito da mesma forma para os espaços culturais, então não deve ter edital. Quanto a preocupação de divulgação trazida por Paulo, registra aqui que vai roubar uma ideia do Adriano, que é de fazer a “Kombi Aldir Blanc”, uma Kombi com 2 computadores, acesso a internet e auxílio para os artistas fazerem seu cadastro. Tranquiliza Beto dizendo acreditar que será possível atender toda a demanda dos espaços culturais, não sendo necessário criar critérios de seleção. Dito relata ter a impressão que nem sempre as coisas acontecem da maneira mais justa e que não tem certeza que nessa hora tão emergencial será diferente, mas pensa que é importante cadastrar e classificar, então se coloca a disposição para dar continuidade a um cadastro único da cidade, mesmo depois da pandemia. Adriano acredita que o grupo que está responsável por unificar as propostas para cadastramento já tem bastante material para trabalhar. Lembra da importância de como será feito o novo cadastro, hoje algumas pessoas tem dificuldade com o SISPROFICE, talvez possa ser feito por celular, mas é importante registrar que o acesso à internet não é tão universal quanto se pensa. Acredita ser relevante levar essas questões para a CELEPAR. As Ruas da Cidadania podem ser um suporte para os artistas, o projeto da Kombi citado por Téo pode propiciar que o cadastro chegue até os artistas. Concorde com a Lois quando se trata de artista que não realizou o cadastro e as outras exigências editalícias, não há o que se fazer. Bella fala que o projeto “Kombi”, call center, auxílio das Ruas da Cidadania e outras ações de apoio, foram inclusive sugeridas e solicitadas pela Superintendência de Cultura do Estado, e são muito importantes. Paulo reforça a importância da comunicação e afirma que só digital não atinge a todos. Beto esclarece que é uma preocupação de todos massificar a informação, e que será feito de forma integrada, lembra que a

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA**  
**FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA**

Superintendência de Cultura está subordinada a Secretaria Estadual de Comunicação e Cultura (SECC), sendo um facilitador, mas alerta a importância de cuidar com a segurança sanitária e a saúde de todos. Finaliza dizendo que o Conselho Municipal de Cultura também terá papel fundamental na divulgação de todos os processos. Paulo solicita que o grupo de interlocução com a SECC já leve a eles a necessidade de se ter um plano de comunicação. Beto lembra que a PMC estará com limitações por conta do período eleitoral, sendo assim o Estado tem mais condições de agilizar as divulgações. Paula faz a proposição final de criação de grupo para interlocução com a Superintendência de Cultura, sendo aprovada e indicados Paula Gomes e Dito Salgado. Téo solicita que conste em ata a necessidade de participação de um representante da Procuradoria, para dar as diretrizes legais nas discussões do GT. Angélica pergunta sobre aprovação da Ata da reunião de 02 de julho, todos estão de acordo e a Ata fica aprovada. Adriano encerra a reunião agradecendo a presença de todos, ficando a próxima agendada para o dia 14 de julho, 15h. Sendo o que havia, eu, Maria Angélica da Rocha Carvalho, lavrei a presente Ata que segue com a minha ciência e dos demais presentes, relacionados abaixo.

Adriano Esturilho

Ana Cristina de Castro

Bella Souza

Bernardo Beduino

Dito Salgado

Isadora Flores

José Roberto Lanza

Jossane Ferraz

Loismary Pache

Maria Angélica da Rocha Carvalho

Paula Gomes

Paulo Sandrini

Téo Ruiz